



## **MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2021**

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2021, das 10 às 11 horas, realizou-se por via videoconferência a 2ª Reunião Extraordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021 para levantamento das atividades realizadas pelos órgãos componentes do Colegiado da Rede em relação à fiscalização do cumprimento dos Planos Nacional, Estadual e Municipais de Vacinação COVID-19. Estavam presentes as seguintes autoridades: André Rolim Romagna (Superintendente Substituto/CGU); Leonardo Dumke Busatto (Promotor de Justiça/MPPR); Luciano Cassio de Souza (Auditor Federal/TCU); Luiz Gustavo Gomes Andrioli (Secretário de Controle Externo/TCU); Matheus Klaus Portes Gruber (Coordenador de Transparência e Controle Social/CGE-PR); Maurício Kalache (Procurador de Justiça/MPPR); Rafael Moraes Gonçalves Ayres (Coordenadoria-Geral de Fiscalização/TCE-PR); e Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli (Coordenadora da 3ª Inspeção de Controle Externo/TCE-PR). A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

**Maurício**, como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou a todos os presentes e passou a palavra aos demais participantes para que explanassem os avanços institucionais.

**Luiz** relatou a preocupação e interesse institucional do TCU. Porém, até o presente momento, não houve avanços significativos na pauta de atuação conjunta com o CNMP e com o CNJ.

**Maurício** que os coordenadores de áreas do MPPR envolvidos com o tema da vacinação irão definir as estratégias de ação para dar maior clareza às competências aos Promotores(as) de Justiça, respeitada a independência funcional de cada um(a). Adicionalmente, solicitou que, oportunamente, o TCU e TCE compartilhem com os demais integrantes da Rede os dados coligidos com as fiscalizações que realizarem junto aos Municípios e ao Estado do Paraná.

**Luiz** aproveitou a oportunidade para agradecer a iniciativa e parceria do TCE. Também, informou que haverá uma reunião SESA, TCE/PR e TCU/PR.

Complementarmente, relembrou da ação iniciada ano passado nas contratações da COVID-19 e questionou se não há a necessidade de retomar a ação, bem como indagou se continua o monitoramento das aquisições nos municípios por algumas das instituições.

**André** afirmou que a CGU continuou os trabalhos, porém com adequações estratégicas, visando a alteração no perfil dos gastos. O olhar pontual permitiu maior efetividade da ação.

**Leonardo** explanou que do monitoramento realizado pelo MPPR nos procedimentos, mais da metade tem medida administrativa. Por fim, expôs que, na alimentação semanal do painel MPPR/COVID-19, quando identificado um superfaturamento, a promotoria de origem recebe um alerta de possíveis irregularidades na realização do gasto.

**Luiz** colocou à disposição o TCU para acelerar nas medidas cautelares administrativas quando aplicado recurso da União. Também, reforçou a importância da consolidação da parceria entre os entes, aproveitando o potencial de cada um.

**Rafael** acredita que, até a próxima semana, serão obtidas conclusões parciais dos questionários enviados aos municípios, tendo em vista solicitação de pedido de prorrogação. Ao final, externou o fluxo pretendido aos municípios que não responderem: (i) APA ao município, com envio de comunicação à SESA e CGE; (ii) negativa de resposta, encaminhamento ao MPPR para abertura de procedimento investigatório. Sugeriu, inclusive, aplicação de penalidades aos municípios inadimplentes, como: restrição no envio de lotes.

**Rita** relatou que as análises realizadas pelo TCE, em relação a aquisições, abrangeram 90% das licitações. Discorreu sobre a fragilidade das prioridades no processo de vacinação, situação conhecida como “fura fila”, tendo em vista as informações truncadas. Informou que foi solicitado à SESA esclarecimentos sobre o controle adotado, bem como a lista de quem já foi vacinado.

**Rafael** destacou a importância do Plano Municipal de Vacinação, considerando que pelo tamanho da população, as fases entre os municípios podem não andar em paralelo, devendo ser analisado caso a caso.

**Maurício**, antes de encerrar a reunião, solicitou aos entes que replicassem o convite para a Reunião de Abertura da Nova Gestão da Rede de Controle de Gestão Pública, reforçando o apoio institucional.

**Matheus**, ao final, informou as ações da CGE: (i) início das ações do Projeto CGE Itinerante, baseadas nas denúncias; (ii) disponibilização dos insumos pelo Estado suficientes para a presente etapa de vacinação. Também, replicou ao **Rafael** a possibilidade de compartilhar as informações das ouvidorias, em relação às denúncias.

**Rafael** disse que irá verificar com a ouvidoria do TCE sobre a demanda e o tratamento de dado necessário. E, em caso afirmativo, repassaria via e-mail.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

<b>DELIBERAÇÕES</b>			
<b>nº</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Previsão</b>
1	Convite às autoridades para a reunião de abertura.	Maurício Rafael Raul	05/02/2021